



BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
SOCIAL WELFARE OF THE POPULATION VERSUS ORGANIZATION AND OCCUPATION OF THE SOIL

BIENESTAR SOCIAL DE LA POBLACIÓN VERSUS ORGANIZACIÓN Y OCUPACIÓN DEL SUELO

Carlos Alexandre Firme de Oliveira¹

Submetido em: 14/06/2021

e26425

Aprovado em: 04/07/2021

RESUMO

Abordou-se o problema da ocupação irregular do solo no país, por ser uma problemática que traz prejuízos coletivos e separa o país em cidades ricas e pobres. As favelas, palafitas, mocambos, grotões, quebradas, baixadas, subúrbios formam parte dos conglomerados ocupacionais do Brasil. Objetivou-se identificar na literatura dados que comprovam ocupações inadequadas de áreas, com o poder público ignorando-os desde o princípio da história, com o crescimento da urbanização desordenada acumulando dívidas sociais e sofrimentos em massa para a população. Utilizou-se análises bibliográficas de fontes que versam sobre o assunto. Como resultado, diagnosticou-se que os cidadãos vivem por conta própria, como se fossem de outra pátria, os governantes eximem-se de oferecer direitos básicos fundamentais, ausência dos governos, omissão no surgimento das favelas e sua completa composição. Dissertou-se sobre a possibilidade de um plano diretor nacional priorizando bem-estar social, humanismo, sendo parceiro de quem precisa, não apenas fiscalizar, multar, demolir, negligenciar e não oferecer ocupações, construções, moradias, educação, saúde, segurança, lazer, cultura, saneamento, água, esgotamento sanitário, urbanismo, liberdade, respeito, etc. Concluiu-se que ambientes de resistência, que são as comunidades deste país de gente batalhadora, o abandono é notório, temos um estado que pune mais que acolhe igualmente, ação governamental, planejamento, sustentabilidade na formação das cidades é prioritário, catástrofes que acabam causando dor, sofrimento, percas, mortes, injustiças poderiam não existir.

PALAVRAS-CHAVES: Cidades. Urbanização. População. Conglomerados. Governo

ABSTRACT

We address the problem of irregular soil occupation in the country, as it is a problem that brings collective losses and separates the country into rich and poor cities. Favelas, stilts, mocambos, grottoes, quebradas, lowlands, suburbs form part of the occupational conglomerates in Brazil. We aim to identify in the literature data that prove inadequate occupation of areas, with the public authorities ignoring them since the beginning of history, with the growth of disordered urbanization, social debts and mass suffering for the population accumulate. We use bibliographic analysis of sources that deal with the subject. As a result, we diagnose that citizens live on their own, as if they were from another country, government officials refrain from offering fundamental basic rights, absence of governments, and omission in the emergence of favelas and their complete composition. We discussed the possibility of a national master plan prioritizing social welfare, humanism, being a partner of those who need, not just inspecting, fine, demolishing, neglecting and not offering occupations, constructions, housing, education, health, safety, leisure, culture, sanitation, water, sewage, urbanism, freedom, respect, etc. We conclude that environments of resistance that are the communities of this country, of struggling people, abandonment is notorious, we have a state that punishes more than welcomes equally, government action, planning, sustainability in the formation of cities is a priority, catastrophes that end up causing pain, suffering, losses, deaths, injustices could not exist.

KEYWORDS: *Cities. Urbanization. Population. Conglomerates. Government*

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2003), é especialista em Alfabetização pela Universidade Potiguar (UnP), 2010. Mestre em Educação (2020) pela Consultoria ESL-PB. Atualmente é professor do ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Macaíba e Parnamirim.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

RESUMEN

Abordamos el problema de la ocupación irregular de tierras en el país, ya que es un problema que trae pérdidas colectivas y separa al país en ciudades ricas y pobres. Favelas, pilotes, mocambos, grutas, quebradas, tierras bajas, suburbios forman parte de los conglomerados ocupacionales en Brasil. Nuestro objetivo es identificar en la literatura datos que comprueben la ocupación inadecuada de áreas, con las autoridades públicas ignorando desde el comienzo de la historia, con el crecimiento de la urbanización desordenada, las deudas sociales y el sufrimiento masivo de la población se acumula. Utilizamos el análisis bibliográfico de fuentes que abordan el tema. Como resultado, diagnosticamos que los ciudadanos viven solos, como si fueran de otro país, los funcionarios del gobierno se abstienen de ofrecer derechos básicos fundamentales, ausencia de gobiernos, omisión en el surgimiento de favelas y su completa composición. Discutimos la posibilidad de un plan maestro nacional que priorice el bienestar social, el humanismo, ser socio de quienes lo necesitan, no solo inspeccionar, multar, demoler, descuidar y no ofrecer ocupaciones, construcciones, vivienda, educación, salud, seguridad, esparcimiento, cultura, saneamiento, agua, alcantarillado, urbanismo, libertad, respeto, etc. Concluimos que ambientes de resistencia que son las comunidades de este país, de gente en lucha, el abandono es notorio, tenemos un estado que castiga más que acoge por igual, acción de gobierno, planificación, sustentabilidad en la formación de ciudades es una prioridad, catástrofes que terminan provocando dolor, sufrimiento, pérdidas, muertes, las injusticias no podían existir.

PALABRAS CLAVE: Ciudades. Urbanización. Población. Conglomerados. Gobierno

INTRODUÇÃO

O presente trabalho em análise consta do seguinte tema *Bem-Estar Social da População Versus Organização e Ocupação do Solo*, por ser um assunto de suma relevância na construção da sociedade brasileira, se faz necessário investigar a temática em questão, por tratar-se de um assunto com magnitude sociológica, geográfica, antropológica e histórica. Discutidos nas instituições acadêmicas e por intelectuais que pensam as diretrizes democráticas de um Brasil sem tantas desigualdades. Os documentos analisados confabulam-se em apontar que cidades sustentáveis são ambientes saudáveis para todos. Orientar as pessoas nas comunidades que possivelmente surgirão, possibilitando a chegada contínua do poder público nas localidades, tradicionalmente existentes, melhorando as circunstâncias dos moradores, como reassegura os referenciais estudados nesta obra, elencando atrocidades inúmeras vivenciadas nestes conglomerados subnormais.

Objetivou-se identificar, na literatura, dados que comprovem ocupações inadequadas de áreas, com o poder público ignorando-os desde o princípio da história, o crescimento da urbanização desordenada acumula-se dívidas sociais e sofrimentos em massa para a população. Possibilitando a reflexão do problema em análise mostrando a importância de organizar, orientar, administrar, por meio do poder público e sociedade civil, a presença do Estado na vida das populações e na formação das novas comunidades, evitando muitas catástrofes sociais, ambientais e humanas. Reafirmando que, quando se planeja, pensa e há presença permanente de políticas públicas nos ambientes habitacionais, a cidadania reina igualmente, proporcionando qualidade de vida para a coletividade.

Assim, não pode diferir na vida das pessoas se elas vivem, residem, contribuem com seus impostos, cabe ao estado deixar de ignorá-las e enxergar, cuidar para que muitos problemas, oriundos destas ações desastrosas de abandono, deixem de acontecer. Habitualmente, problemas de ocupação



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

ilegal, grilagem de terras pertencentes muitas vezes de áreas de preservação ambiental, que indivíduos fora da lei invadem, exploram, loteiam, constroem e vendem de forma clandestina, causando grandes desastres na sociedade, totalizando danos a médio e ao longo prazo, deixando uma herança de caos futuro em muitos fatores sociais.

Na realização da análise, utilizamos o método qualitativo com estratégias metodológicas de revisões bibliográficas embasada nas ideias de pensadores e documentos oficiais, na elaboração deste trabalho, embasamo-nos em referências de autores, os quais confabulam seus pensamentos apontando base referencial para construirmos esta obra acadêmica científica: Agência Brasil (2020), Constituição (1988), IBGE (2015 e 2017), Teixeira (1976), Krenak (2019), Saviani (2005), Morin (2000), Oliveira (2021). Os quais versam sobre a temática em análise contribuindo para a composição deste trabalho.

Sabe-se ser esta dinâmica uma problemática de cunho histórico no país, como observam autores em suas biografias, mostrando a intenção colonialista de não se importar com os rumos da nação. A falta de políticas públicas à ocupação do solo, a formação de vilas, bairros, ruas e cidades, numa dualidade entre construções de alto padrão e favelas, sendo a última um fenômeno marcante nos centros do país, causando malefícios a toda coletividade.

Este comportamento, até os dias atuais, as autoridades fingem que não veem, deixando surgir favelas, comunidades, cotidianamente, apontando como justificativa dos problemas sociais a pouca idade do país quando relacionado com países da Europa. Isso não se justifica, pois temos um exemplo: A partir do holocausto a reconstrução alemã passando a se tornar um modelo para mundo em desenvolvimento sustentável num período menor que cem anos.

Na era digital, tecnológico contemporânea, temos alguns avanços na legislação como planos diretores que geralmente atendem interesses das grandes corporações, mas estas leis, de fato, não contribuem com as mudanças no quadro de vida das populações subalternas, de organização das construções nas regiões mais afastadas, mais pobres das cidades, deixando os povos sozinhos, sem qualquer forma de apoio das autoridades, seus direitos, sendo renegados quando ali lhes faltam tudo que o estado poderia proporcionar enquanto instituição.

Vale salientar que a organização ocupacional do solo e os serviços públicos essenciais seriam a matriz para o estado se aproximar dos brasileiros, democracia é não apenas votar, mas ver, principalmente, seus direitos respeitados e um estado de direitos e deveres permeando a vida dos cidadãos, isso seria o que se esperava de uma democracia constitucional estabelecida na Constituição Federal de 1988, a qual estabelece e assegura direitos fundamentais tais como: a moradia, a segurança, a vida, a saúde a liberdade de ir e vir tão negados nestas comunidades existentes no Brasil, justamente pela omissão do estado em fechar os olhos diante de uma causa nobre que requer atenção especial.

Existem lacunas enormes no que tange ao estado constituído e os direitos da população, parece que temos vários “Brasis”, ou uma língua estrangeira que nos impede de falar o mesmo idioma. A população necessita de uma cidadania devida, básica. O governo ignora! Culturalmente, os governantes protagonizam obras magníficas, grandes e modernos museus do futuro, viadutos, arenas multifuncionais,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

complexos esportivos, etc. Capacidade existe de sobra, falta vontade política de direcionar recursos para o que realmente seria fundamental ao bem-estar social.

Portanto, concluímos dizendo que a ocupação do solo regular acompanhada pelo governo, com um pacote de serviços públicos básicos que a população tem por direito, mudaria de modo relevante, o quadro social de quem vive nas periferias do país. Pois, sabe-se dos graves problemas sofridos pelas pessoas que moram ali, desde o princípio, não é fácil viver em um Brasil de um lado com normas, leis que assistem muito bem a classe dominante, por outro lado, renega e isola quem mais carece da proteção estatal.

DISCUSSÕES

Arriscar-se a escrever sobre um assunto de grande impacto na sociedade, por envolver diretamente a vida das pessoas que buscam uma forma de moradia um direito constitucional fundamental, em ambientes que o mercado financeiro imobiliário, as grandes incorporações e a elite não tem interesse em utilizar estas áreas para construir. Com isso, as pessoas menos abastadas das Zonas Periféricas da cidade ou vindas de outros lugares tentando melhorar suas condições de viver, trabalho, oportunidade. Juntamente com seus familiares, ocupam estes lugares de forma desordenada, “ilegal”, construindo suas barracas, casebres e depois casas de alvenaria, tudo de forma independente, o poder público finge não enxergar este problema grave que acomete ou acompanha muitos de nossos brasileiros a conviver em situações difíceis.

A urbanização de comunidades e ocupações irregulares e precárias é fundamental para melhorar a qualidade de vida das populações mais vulneráveis e deve ser implementada com afinco pela política habitacional das próximas gerações municipais, afirmam especialistas ouvidos pela Agência Brasil. (BRASIL, 2020)

Sabemos que boa parte da população brasileira vive em comunidades inadequadas, ribeirinhas, encostas, etc. Muitas vezes em condições subumanas, faveladas, com ausência de serviços básicos e condições amplas que garantam dignidade e cidadania.

Para entendermos este gigante emaranhado social, precisamos fazer um resgate histórico, com a chegada dos portugueses ao Brasil e com o sistema de colonialismo implantado, surge à ocupação do solo brasileiro basicamente margeando as cidades litorâneas e grandes rios. Basicamente, podemos constatar isto na ocupação da população a qual nestas regiões inicialmente estabeleceu assim, a interiorização do Brasil acontece mais tardiamente, o sistema econômico da colônia era puramente agrário; ruralista com finalidade de trabalho análogo, escravista, deplorável do ser humano.

As aspirações de pensador indicam bem o descaso ocorrido no Brasil colonial, seja na ocupação do solo, seja na educação que é um dos pilares capazes de assegurar o desenvolvimento de qualquer nação que pensa em desenvolver-se sustentavelmente, principalmente, no que tange a organização das nossas casas, ruas, bairros e cidades. Esses logradouros são os ambientes terrestres onde vivemos. Por isso é majoritariamente cabível ser estruturado para termos vida plena, cidadã com dignidade, respeito aos seres humanos, um ato de empatia com o próximo. Não apenas almejar o poder



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

hierárquico, esquecendo de preservar a nossa sociedade encaminhando-os por caminhos lineares e não tortuosos.

A sociedade brasileira não tinha movimentos próprios. Passava da subordinação à hierarquia igreja à subordinação à hierarquia da coroa ou do estado, que lhe prescrevia a educação reputada indispensável menos para a preservação da sociedade do que da hierarquia predominante. (TEIXEIRA, 1976, p. 294).

Este modelo econômico predominante perdurou por muito tempo, inclusive com a escravização fracassada dos índios, que não aceitaram esta categoria de subordinação, preferindo morrer a ser escravo. Após esta política fracassar, vieram os africanos como escravos de fato trabalhar nas lavouras, na produção, na casa grande. Submetidos a condições degradantes, se comparada à moradia do senhor e a dos escravos, podemos detectar uma brusca desigualdade. Uns vivem em um castelo, palácios no que lhe concerne os escravos numa senzala, uma cabana sem cama, sem prato, sem porta, sem comida, eram dados os restos jogados ao chão, etc. Uma total injustiça, vivenciada com ações de desumanidade, em condições insalubres, de cunho totalmente exploratório, deprimente, um escárnio vergonhoso que ainda persiste mascarado no Brasil.

Com o passar do tempo pouca coisa mudou, a escravidão ainda não acabou, libertaram os escravos e deixando-os desgarrados, foram tirados das fazendas e jogados nas cidades sem terem aonde ir, sem profissão, nas ruas perambulando, sem ocupação e, no fim do dia, sem ter onde ficar. A opção que restou foi construir em áreas de morro acidentadas e/ou irregulares suas moradias do seu jeito, próximos das áreas nobres. Assim surgem uns primeiros sinais de favelas com os alforriados “livres” sem qualquer direito assegurado a quem construiu com seu suor as riquezas do Brasil e outrora da coroa, da nobreza aristocrática inglesa que escraviza usa e joga fora quando não tem mais serventia para seu interesse econômico.

Como a ideia dos colonizadores era explorar nunca estiveram preocupados com organização, ocupação do solo, urbanização, destino do lixo, saneamento, emprego, segurança, saúde, paz, justiça, educação, ruas largas, amplas para oferecer dignidade aos nacionais que aqui viviam. O pensamento se detém a opressão, ditar, violência para suas ordens serem por meio do terror, do medo do exemplo a ser obedecidos.

Infelizmente, ainda hoje constatamos os mesmos problemas cada vez mais acentuados com o aumento da população nos grandes centros e o crescimento desordenado parece que modernização é apenas uma utopia, uma palavra ao vento, porque de fato as pessoas vivem como colonos, como se fossem provincianos de um país sem leis, sem democracia, sem constituição. A favela surge como um movimento de resistência, de inclusão em agrupar por classe os discriminados, isso é uma realidade que acomete parte da população. Vale elencar que considerar o solo, a organização, a ocupação ordeira serviços públicos consiste em estabelecer condições humanas aos humanos, para pensarmos em direitos humanos deveríamos inicialmente, considerar estes fatores que faltam as pessoas e nega sua condição humana de ter uma vida digna. A exemplo disto aponta Krenak,

[...] justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. [...] (KRENAK, 2019, p. 9).

Aparece o crescimento desordenado das cidades, inchando, solo sendo ocupado de qualquer maneira, trazendo vários problemas sociais e agravando outros, já existentes nos grandes centros da época, estas pessoas queriam seu espaço, ter oportunidades como é de direito, mas como sempre acontece repentinamente, sem qualquer planejamento, deixando consequências vistas até os dias atuais na nossa sociedade. Como colabora Lima (1965, p.40 apud SAVIANI, 2005, p. 102). “[...] não toca no problema das famílias que se desintegram nas áreas altamente industrializadas [...]”.

A organização do solo, para edificações de casas, ruas, avenidas, bairros e conseqüentemente cidades, por ser o lugar onde vivemos deveria ter uma atenção especial por parte do poder público, primeiro um plano diretor federal, estadual e municipal com diretrizes claras, apoio das autoridades para construir um paradigma moderno na arquitetura do país garantindo amplitude e dignidade aos moradores das comunidades que formam nosso querido Brasil!

Figuramos dentre 10 (dez) países capitalistas mais ricos do mundo e, mesmo assim, o quadro social, o crescimento urbano desordenado não condiz com esta situação econômica que o país ocupa, a desigualdade reina na grande maioria das habitações brasileiras. Uma nação rica deve organizar melhor suas riquezas e desenvolver ações mais sustentáveis aos seus cidadãos, se assim não acontecer de nada vale esta riqueza. Riqueza se reverte em boa educação, saúde de qualidade, isonomia, segurança, moradia, organização estrutural em ocupar o solo corretamente para diminuir os índices de criminalidades, presos, violência, assassinatos, tráfico, desabamento, acessibilidade, transparência, dialogo, corrupção, catástrofes naturais, etc. Constantemente, verificamos estatísticas e reportagens tais como:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que mais de 5 milhões (5.127.747, no ano passado) de domicílios no Brasil estão em assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, loteamentos ilegais, mocambos e palafitas. (BRASIL, 2020)

É preciso que as autoridades saiam de seus gabinetes indo até o povo, orientar e cumprir seu papel de estado executor, normalizador em benefício do bem comum. O propósito é ser parceiro da população, dizendo onde e como habitar, não apenas aparecer para garantir reintegração de posse, multar, derrubar construções ilegais, punir quem tem tão pouco e luta honestamente para ter um teto, uma morada e abrigo na omissão do estado em negar o direito a uma moradia, e um lugar bem-sucedido para viver.

Atualmente, as autoridades fecham os olhos para este problema, excluindo cada vez mais as favelas, há casos de comunidades serem cercadas. As que estão feitas não existem formas de transformar a geografia construídas das vielas e vias, mas é um compromisso democrático do poder público em ordenar as futuras moradias que venham a surgir como, por exemplo: um loteamento ou



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

qualquer nova rua, comunidade, bairro necessitam ser acompanhado desde o início da elaboração sendo observado, áreas verdes, praças, espaços de lazer, ruas amplas, casas construídas nos padrões lineares, solo próprio para morar sem riscos de enchentes, deslizamentos, áreas livres de antigos lixões, aterros, sanear, fazer toda a rede estruturante de esgoto e águas fluviais com destino adequado, para por fim calçar ou asfaltar. A ausência deste planejamento ocasiona em:

[...] aglomerados subnormais são formadas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico inadequado, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. As populações dessas comunidades vivem sob condições socioeconômicas, de saneamento e de moradias precárias. (BRASIL, 2020)

O estado brasileiro tem a responsabilidade de preocupar-se com esta temática de magnitude esplêndida. Lembramos que, em pleno século XXI, ainda não existe uma preocupação com este tema tão significativa para a consolidação de uma política arquitetônica que objetive a construção de lugares dignos para todos morarem, esse direito não sendo uma prerrogativa exclusiva de quem tem a condição financeira de poder comprar casas e apartamentos em condomínios de luxo, de alto padrão, se é um direito? É dever do estado assegurar as mínimas condições de viver com dignidade em um ambiente amplo de paisagem mais atraente aos olhos, verdadeiramente cidadão, justo, liberto com a liberdade de ir e vir garantidos por lei.

É importante frisar que existem muitos problemas sociais vivenciados pelos moradores destas comunidades que na sua maioria são agravados pela situação geográfica das favelas construídas no passado e atualmente. As casas em formato de escadinha em lugares acidentados, em ordem crescente em regiões serranas, desmatam e vão subindo morro acima, ruas estreitas, conglomerados de gente como se fosse um “formigueiro humano”. Com dezenas de becos e vielas estreitos em certos pontos com muretas ou até barricadas que dificulta a circulação ainda mais em um “habitat” restrito do ponto de vista da acessibilidade.

As colaborações do autor Edgar Morin vêm nos reafirmar o papel das consciências antropológica, ecológica, cívica e espiritual em habitar a esfera terrestre convivendo com todas as adversidades que rodeia o humano, mas entendendo seu direito a viver dignamente como filhos da terra.

Devemos inscrever em nós: * a consciência antropológica, que reconhece a unidade na diversidade;* a consciência ecológica, Isto é a consciência de habitar, com todos os seres mortais, a mesma esfera viva (biosfera): reconhecer nossa união consubstancial com a biosfera conduz ao abandono do sonho prometido do domínio do universo para nutrir a aspiração de convivibilidade sobre a terra;* a consciência cívica terrena, Isto é, da responsabilidade e da solidariedade para com os filhos da terra;* a consciência espiritual da condição humana que decorre do exercício complexo do pensamento e que nos permite, ao mesmo tempo, criticar-nos mutuamente e autocriticar-nos e compreender-nos mutuamente. (MORIN, 2000, p.76 e 77)

Aqui cabe o pensamento da compreensão de mais uma vez consolidar a ideia central de mutuamente nos criticarmos sobre as ocupações irregulares e suas consequências sociais, econômicas para a sociedade. Moralmente, o Brasil tem a responsabilidade de organizar estes espaços como estados brasileiros numa junção de união federativa, estados e municípios das grandes, médias cidades do Brasil por uma questão de honra e decência cívica democrática.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

Estas condições geográficas dificultam a entrada de carros, de pessoas que sonham em possuir estes bens, ambulâncias para atender deficientes, idosos sem acessibilidade, doentes, a patrulha policial de circular, bombeiros, carro de lixo, veículos de entregas, mudanças isso impede o direito a serviços básicos que poderiam circular nestas áreas, sendo impedidos pelas questões geográficas e ocupação inadequada da maioria das comunidades situadas em morros, vielas, palafitas pelo Brasil, estes fenômenos sociológicos acontecem dia após dia na cara das autoridades e são ignorados, invisíveis, se estes problemas fossem observados com outra ótica possivelmente teríamos uma mudança significativa no formato de vida das populações que residem em áreas vulneráveis.

Deste modo, tem-se as colaborações embasadas nos referenciais abaixo. Para consolidar nossas afirmações em termos cidades mais humanas sustentáveis para todos. “[...] para as mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças. Esse é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU)”. (IBGE, 2017)

Ressalta-se que estes ambientes apresentam grandes índices de violência e vulnerabilidade para toda a população especialmente, para os mais indefesos. Somos todos favelados, pois diariamente estamos brigando por direitos que não existem na prática, a sociedade carece de acordar, se temos um problema este hoje não é apenas da favela, nem tão somente de um lugar, mas, da sociedade, da globalidade. São flagelos sociais que atingem a coletividade, portanto sua transversalidade acarreta a desgraça de pessoas no submundo que engloba principalmente, a África, a América Latina e Ásia a parte do mundo subdesenvolvido em geral.

Nota-se que a imigração de pessoas fugindo destas regiões opressoras é uma constante, buscando a sobrevivência e sonhando com um futuro digno. Justamente a parte do mundo que sempre foram massacrados pela chaga da escravidão que persiste estas populações abandonadas por seus antigos exploradores. São famílias, seres humanos excluídos, crianças, mulheres, mestiços, brancos, pardos, amarelos, negros, cafuzos, mamelucos, idosos, índios, latinos, asiáticos, africanos, etc. Não importa a etnia, a cor, a religião somos vítimas de um sistema excludente que escraviza as novas gerações em cadeia hereditária um colonialismo disfarçado de modernidade.

Uma herança de miséria, perpassada as pessoas que vivem nestes conglomerados subnormais sem atenção do estado, que abandona seus filhos como órfãos de uma pátria que para estes não existe, uma modernidade que não assegura qualidade de vida, direitos iguais, democracia e bem-estar social. Ressaltamos um ambiente organizado estruturalmente e politicamente, sustentável é saudável para todos menos violento e mais igualitário, justo como aponta a carta magna de 1988.

Nestas favelas, vale elencar o esforço, a bravura das pessoas que constroem suas casas ali, por falta de opções de uma orientação correta de uma política séria de estado que enxergasse a pessoa humana, o ser humano com respeito. O que está em análise é a possível envergadura estrutural do poder público em enxergar essas pessoas sem discriminar, cuidar, respeitar, urbanizar as comunidades existentes e, constituir um plano diretor capaz de favorecer novas formas de construções modernas que assista os direitos do cidadão, quanto principalmente, o direito de ir e vir e receber os serviços públicos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

sem interrupção, uma vez pelo fator geográfico, outra pela omissão do estado em deixar essas pessoas à margem da sociedade jogadas como se fossem basculho.

A Urbanização de favelas é algo absolutamente fundamental para promover a melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem nesses locais, retirando as que ocupam as áreas de risco dentro das comunidades, que deveriam ser reassentadas em imóveis construídos no interior da própria favela. (BRASIL, 2020)

As regiões subnormais deste Brasil submetem as pessoas à falta de estrutura habitacional, segurança, moradia, justiça, ameaças, crimes, bala perdidas, saneamento, saúde, educação, cultura, correios, lazer, alimentação, drogas, abusos, preconceitos diversos, transportes públicos adequados, circulação, esgoto, água potável, energia, “internet”, gás, opressão por parte de grupos que comandam estas comunidades em lugar da polícia ou do estado, que perde o controle total destes territórios, criando conflitos entre polícia e criminosos que defendem seu negócio com unhas e dentes vitimando os moradores destas áreas que são os verdadeiros prejudicados.

Estes confrontos, que acontecem com incursões policiais esporadicamente, quando querem fazer operações devido o combate ao crime organizado, deixam marcas duras na comunidade, com sangue, vítimas, mortes dos dois lados. Melhor seria se o poder público estivesse cotidianamente na vida das pessoas. Não apenas com o poder policial, mas sim todo o aparato do estado em favor de atender o cidadão desde o princípio das comunidades apoiando toda a formação.

Se quisermos melhorar a vida e a qualidade do bem-estar do povo é essencial encerrar estes problemas de frente, com humanidade e modernidade. Basta organizar e criar políticas públicas que pensem na nação utilizando o aparelho do estado em defesa da construção de cidades mais inteligentes, neste âmbito, entra o poder público como regulador, fiscalizador, orientador, parceiro, próximo da população mais carente atuando para criarmos um país igualitário, desenvolvido com progresso começando da maneira certa.

Um ambiente bem estudado, planejado, tende a garantir sucesso, estudos neuro arquitetônicos já apontam esta tendência forte psicologicamente falando, quanto a influência da arquitetura na nossa vida, basta olharmos as lojas, os “shoppings”, etc. Atraindo com a beleza, nos passando sensação de segurança, sossego, felicidade para daí comprar, comer, consumir... “passear”.

É que até 2030, as cidades devem proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, em especial para as mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças. Esse é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). (IBGE, 2017)

Acredita-se ser bem mais fácil administrar uma rua acessível do que deixar esquecida e só ir lá com ações policiais repentinas que vão para matar ou morrer. A cidadania pede passagem é de suma valia atentar para um desafio simples se sairmos da zona de conforto e colocar a mão na massa, reafirmo a política necessita fazer parte da vida do povo numa dialética cotidiana com discussões, democratização dos problemas. Afinal, democracia não é apenas votar, mas, sim, participar e ter retorno dos impostos pagos na transferência do estado de bem-estar social das populações.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

Culturalmente, nossos políticos só aparecem em tempos de eleições, às vezes através de cabos eleitorais, vereadores, líderes comunitários que estão próximos da população consegue manipular, comprar votos, depois ficam os problemas, as dificuldades gritantes de uma clientela carente que não ver outra alternativa a não ser a hipótese de pegar algum dinheiro ou vantagem quaisquer com esta prática criminosa empregada por maus políticos corruptos que veem uma oportunidade neste caos para se beneficiar desta fragilidade de muitos habitantes destas áreas vulneráveis de todo Brasil.

Sabemos que a ausência do estado nestas comunidades é uma constante, isso evidentemente, traz a escassez de serviços públicos como médicos, medicamentos, postos de saúde, água potável, coleta de lixo, esgoto, saneamento, comida, segurança pública, lazer, cultura, educação, iluminação pública, transporte, esporte, moradias e o abandono da população, se o estado falha alguém assume sua posição, neste caso aparecem o estado paralelo, o crime fazendo um quartel daquele ambiente, um campo de guerra, com trincheira, armadilhas um estado independente com códigos e leis próprias onde manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Além disso, existe o domínio do tráfico, facções, conflitos, milícias, cobranças de taxas, corrupção de todos os lados, pirataria de "internet", energia, etc. Neste caso só há um prejudicado, sendo os moradores, vítimas e/ou subordinados, acostumados com esta situação e, por comodidade passam a aceitar esta realidade, aceitando como natural. Com ruas amplas, organização da ocupação do solo em povoar adequadamente, talvez a polícia pudesse circular ou policiais no bairro bem treinados a polícia cidadã, atuando constantemente combatendo o crime e protegendo as famílias, além dos outros serviços básicos também existirem de fato na vida da população, conhecendo de fato quem é quem pode ser diferente.

A omissão do estado democrático de direito e deveres necessitam acontecer na prática neste país. A falta deste acarreta danos irreparáveis ao erário brasileiro. Considero a ocupação do solo com construções, moradias, ruas, bairros e cidades como sendo uma temática de altíssima importância. Estamos no terceiro milênio e mesmo assim, não discutimos uma causa desta magnitude em uma campanha eleitoral de presidenciáveis, muitas vezes se discute assuntos de ordem civil deixando de lado tal assunto.

Temos a convicção nítida da responsabilidade do estado com esta causa social, sabemos ser estas dificuldades elencadas um problema social de todos, pois a falta de estrutura das comunidades pelo Brasil não é um algo novo, vimos sua origem histórica, mas cabe aos brasileiros de hoje de a capacidade e o compromisso de ordenar as novas comunidades que por ventura venham ser construídas em qualquer lugar deste gigante Brasil, não basta somente, mudar a nomenclatura de favelas para comunidade, mas sim urbanizar, transformar, organizar para que não haja tantos malefícios como vemos, cuidar para das atuais e não deixar surgirem outras no futuro.

Isto seria no mínimo cívico por parte do poder público, tomando como padrão os países desenvolvidos que possuem suas periferias suburbanas, não vemos o conglomerado desordenado que há aqui, então, está provado ser possível, basta ter vontade política, competência, trabalho,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

transparência, educação, ética, honestidade, qualificação, dialogo, assistência técnica, engenharia e toda estrutura dos poderes para construir as bases de um novo Brasil.

Vale salientar que esta orientação da ocupação do solo brasileiro organizado é algo indispensável por se tratar de uma política de necessidade urgente, com este ato possivelmente evitaremos distintos desastres ambientais ou sociais. O primeiro é a invasão das áreas, o desmatamento ilegal, a terraplenagem dos morros, dunas, montanhas, a venda do barro para construir e limpar os terrenos, loteamento clandestino, a construção sobre áreas alagadas, em marés, rios manguezais, aterramento de lagoas, córregos, áreas verdes, lixões com isso acontecem os deslizamentos, soterramento, enchentes, alagações, desmoronamento, explosões destruindo estas construções e ceifando vidas todos os anos no Brasil. Uma vez elevadas as construções irregulares são permanentes as tribulações de quem vivem nestas localidades.

Na publicação online, o IBGE traça um panorama do processo de urbanização do país, que pode ser usado para mensurar a sustentabilidade das cidades. “verificamos que a dinâmica populacional de cada cidade influencia seu crescimento de forma mais profunda do que o relevo”, esclarece Pedro Henrique. (IBGE, 2017)

Acontece que estas práticas passam pela ação das pessoas em querer um lugar para viver, pois não tem como habitar áreas nobres, ou especuladores que, mesmo nestas condições, ocupam e vendem ilegalmente, então, de qualquer maneira, a ausência do estado está configurada. Por isso, é imprescindível o poder público atuar nesta esfera, estruturando as futuras moradias com padrão.

Outro fator existente neste processo é, nas redondezas das cidades, nos subúrbios, com a especulação dos terrenos, às vezes caros, obrigando famílias pobres, basicamente numerosas, morarem em locais inadequados, mocambos, grotas, baixadas, vielas, becos, apertados, o que impossibilita a construção de casas em lugares livres, com espaço, com saneamento, condições sanitárias, ventilação, acesso mais fácil, amplitude, por conseguinte, condições de vida melhores para as pessoas.

Estamos nos tempos digitais tecnológicos contemporâneos, é hora de usarmos esses conhecimentos em benefício das transformações no campo social e do bem-estar do povo, o ser humano é um maior dentre os animais mais inteligentes, capaz de mudar, fazer e desfazer o que na terra tem, nossa vida é o bem mais valioso que existe na humanidade. Sendo assim, esta evolução não vem acontecendo na vida social das pessoas, mas precisamente, no Brasil temos um déficit habitacional ainda muito grande, além de não termos um Plano Diretor Nacional compartilhado com estados e municípios que apoiem, dirijam, apontem, estruturam os bairros que surgirão nas cidades do país, deste modo evitaríamos diversos problemas estruturais, geográficos e sociais.

A identificação e a delimitação das maiores aglomerações de população no país têm sido objeto de estudo do IBGE desde a década de 1960, quando o fenômeno da urbanização se intensificou, e assumiu ao longo dos anos, formas de cada vez mais complexas. A necessidade de fornecer conhecimento atualizado desses recortes impõe a identificação e a delimitação de formas urbanas que surgem a partir de cidades de diferentes tamanhos, face à crescente expansão urbana, não só nas áreas de economia mais avançada, mas também no Brasil como um todo. (IBGE, 2015)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

O planejamento correto de um loteamento, hoje, passa pela estrutura de ruas com meio fio e/ou asfaltadas com rede fluvial, área verde, energia, posto policial, sede social. Salientando que isto se trata de um empreendimento privado. É nesta ocasião que o estado entraria, garantindo estruturação por parte da corretora executar o saneamento básico, para quando vierem calçar não ser necessário fazer o serviço e quebrar depois para sanear, em um país de terceiro mundo, gastar dinheiro público duas ou três vezes com um mesmo serviço parece proposital e, ainda tem o fator corrupção, se gasta mal, faz falta em algum lugar, a quem mais precisa.

Organizar, fiscalizar as construções, impedindo inclusive de pessoas desonestas invadirem e venderem, ou construir nas áreas verdes que existam no local, hábito muito comum, infelizmente. Administrar fora dos gabinetes, organizando desde cedo, pode ser mais viável que multar, demolir, segregiar, excluir, marginalizar, oprimir, discriminar, ignorar, matar, prender, sensacionalizar com manchetes que colocam a favela em um patamar monstruoso! O olhar carece de ser humano e sabemos que este problema é da sociedade; afinal somos seres multidimensionais, hologrâmicos. Se tivermos empatia, políticas públicas, menos hipocrisia, menos pão e circo, mais realidade, poderemos conseguir.

Nas áreas de preservação, é crucial o poder público local, seja prefeitura, seja governo do estado, é dever garantir a ordem, impedindo as pessoas de invadir estas terras, pois quando se tem ordem, dono, não há invasão, podemos citar aqui, como exemplo as terras militares dentro nas grandes cidades bem preservadas e sem invasões. Poderia o governo fazer o mesmo procedimento. Logicamente, criando possibilidades de assentar estas pessoas em lugares adequados, compatíveis com as condições humanas, com os direitos humanos estabelecidos nos registros da carta magna.

Este é um dos gargalos principais deste problema, a ocupação ilegal de áreas de proteção, com exploração de grupos que desmatam, vendem a argila, grilam, abrem estradas, loteiam e vendem os terrenos, lotes sem qualquer serviço básico, sem estrutura, são geralmente terrenos acidentados, serranos ou com outros impedimentos geológicos que impossibilitariam a construção e habitação correta, se assim fosse pensado em sustentabilidade.

A partir deste loteamento, veem as construções irregulares colocando em risco a vida de pessoas, ruas sem amplitude, aglomerações de residências amontoadas impedindo melhores condições salubres de viver, ali não se pensa no direito à vida, à liberdade, o direito de ir e vir, unicamente se pensa em lucrar. Desta maneira dificilmente conseguiremos oferecer dignidade, seguridade, democracia aos moradores destes lugares, que são às vezes pessoas que veem de outros lugares, fugindo de situações ainda pior, vem buscar um sonho de um emprego, uma moradia, uma vida mais digna e falta a estes a proteção do estado que não os ver, estes problemas só são mencionados pelos políticos em época de campanhas eleitorais, ou quando acontece um acidente de proporção grandiosa, ceifando vidas de inocentes.

Evidentemente, a humanidade anda perdida primeiro a invasão da Terra, o desrespeito com os donos da terra, segundo a exploração colonial degradante, terceiro a escravidão uma prática suja, depreciativa, opressora, injusta... com tudo a chegada do progresso, da modernização nunca chegou, transferiram as pessoas do meio Rural para conglomerados suburbanos acelerando problemas como falta de: moradias, educação, saúde, segurança, violência, saneamento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

básico, emprego, alimentação, lazer, cultura, etc. Sempre nos falta algo, somos um povo dividido por castas que briga para sobreviver cotidianamente. (OLIVEIRA, 2021, p.3)

Ainda, cabe frisar aqui a desarmonia existente nestas categorias de moradias, as pessoas constroem não porque querem, mas como podem, suas moradias, com base no conhecimento empírico, com ruas sem bom alinhamento, sem análise adequada do solo que possa prever acidentes futuros com engenharia segura, falta de arborização para garantir oxigenação, fotossíntese, sombra, climatização adequada para quem ali habite, saneamento um fator crucial que deveria permear toda e qualquer obra de moradia pensando na saúde geral.

Cabe elencar como um grave problema que afeta as populações destas áreas vulneráveis, falta estrutura hídrica fluvial, lagoas de captação para evitar possíveis alagamentos e deslizamentos de terras, como vemos, todos os anos no Brasil acontecem estes desastres naturais, que por falta de orientação e ação permanente do estado em não permitir estes acontecimentos preservando o meio ambiente e, conseqüentemente, vidas. Organização e ocupação irregular do solo ocorrem com bem mais frequência do que o normal.

Daí a importância essencial do estado sair de seus muros, seus gabinetes, deixando de ser passivo e atuar ativamente na construção parceira do Brasil, numa ação conjunta entre as unidades federativas constituídas. Não adianta mandar um fiscal sozinho para estas áreas punir, aplicar sanções, demolir com máquinas e tratores aqui e ali meia dúzia de casas irregulares. Isto não funciona, o fiscal será dilacerado nestas comunidades. O estado precisa assumir esse papel permanente em trabalhar para garantir a ordem, a segurança, a construção ordeira de um país justo equânime a todos.

A clareza nesta ação de governo puramente democrático em se importar com o outro, aproximar-se, em um exercício de empatia, se aprofunda em diminuir as desigualdades, a transparência e a corrupção nas demandadas destes lugares isolados, desconectados com as esferas de governo, temos separações círculos sociais, com duas ou mais cidades no mesmo ambiente urbano, manchas vistas com preconceito, que são esquecidas e naturalmente marginalizadas, é mais simples, condenar, isolar, oprimir do que organizar, politizar, potencializar, desenvolver desde a base.

É conhecedor que um empreendimento, um bom negócio, a nossa vida, uma obra se for bem alicerçados tende a dar certo, a base é algo imprescindível para quem quer longevidade e segurança. "Duas cidades com as mesmas características ambientais e populações equivalentes podem crescer de formas completamente diferentes", explica Pedro Henrique Braga, coordenador do projeto Áreas Urbanas do Brasil 2015, que o IBGE divulga hoje. (IBGE, 2017)

Sabemos que os serviços públicos são cada vez mais precários no país, temos visto a mudança das cadeiras pelo Brasil adentro nas esferas municipais, estaduais e federais, mudam os políticos com promessas, mas, na verdade, continua a mesmice arcaica de sempre, não existe, soluções enérgicas e, sim uma morosidade absurda em tornar a vida cada vez mais difícil, o estado deveria ser um facilitador, mas faz o contrário em dificultar, burocratizar. Multar, punir quem já é punido por vida. É muito comum os serviços serem restritos a tampar buracos, coletar o lixo, assistência social (assistencialismo), educação e saúde. Festividades mascaradas de apoio cultural, iluminação de Natal, muita terceirização, cargos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

comissionados que muitas vezes não servem como deveria a sociedade e custa caro, sendo gasto o dinheiro dos nossos impostos malgasto, sem priorizar o que realmente é fundamental.

As políticas públicas neste sentido deveriam ter caráter macro Federal estendendo-se aos Estados e Municípios em um plano diretor nacional básico, o objetivo simples de executar saindo do papel e chegando as comunidades assistindo às pessoas com os serviços básicos necessários. Afinal estamos falando da vida das pessoas de desenvolvimento, para tanto é mais que primordial atender minimamente os direitos dos cidadãos mais humildes, colocando-os nos braços, acolher tanto os de comunidades já consolidadas como as que poderão surgir. Se assim for, poderemos desfrutar de um país menos desigual, menos violento, menos cruel.

Conforme disserta na Constituição Federal (1988) no “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

A ocupação do solo regular e a junção dos serviços públicos em um só lugar como uma comunidade planejada com casas, ruas, arborização, saneamento, calçamento, correios, “internet”, iluminação pública, asfalto, áreas de lazer, cultura, educação, merenda escolar, saúde, esporte, segurança, política de assistência social aos necessitados, moradias sociais, etc. Esta ligação do povo com os poderes em enxergar as pessoas que vivem nestas comunidades independentes de cor, fator econômico, sexo, raça, condição social trará benéficas ao coletivo e saúda uma dívida histórica que o Brasil tem com seu povo em negar direitos fundamentais que ficam tão somente na carta magna.

O estado seria um parceiro do povo, um amigo, uma “mãe” assistindo de fato seus “filhos” como acontece em outros lugares do mundo nos países nórdicos, onde mesmo na periferia das grandes cidades constatamos boa qualidade de vida, por ser atendido um padrão de ocupação cultural que prima por valorizar os espaços como sendo uma extensão de seus lares, nestes ambientes as casas podem ser simples mais nunca amontoadas subnormais impedindo que haja amplitude, espaço público para passeio, árvores, circulação livres de pedestres e carros, bicicletas, motos, animais, cadeirantes, idosos, ou gente que possua comorbidades de acessibilidade, etc. Assim vem as aspirações da geografa Maria Lúcia do IBGE.

[...] no Brasil estamos longe de ter cidades sustentáveis. “Mobilidade, acessibilidade, destino do lixo, adequabilidade dos domicílios, democratização do acesso da população á gestão do espaço público e a participação da mulher nas estruturas de poder e de decisão são fatores que mostram que estamos distantes da sustentabilidade minimamente desejável”. (IBGE, 2017)

Neste aspecto sociológico, político, antropológico, histórico, biológico, geográfico que se encontra o ser humano cabe à reflexão e, por que não dizer a significatividade da educação no cotidiano das pessoas podemos perceber que boa parte das discussões a cerca do assunto sentimos a ausência de educação na vida das pessoas. Sem a devida instrução, com as condições sociais que cerca a necessidade dos recém-chegados aos novos lugares em se assentar em abrigos que ofereça o mínimo possível, em serem incluídos e ter um aconchego para morar submete-os a encerrar tal desafio.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

É nesta hora de fragilidade que o estado era para estar pronto a atender o cidadão migratório e/ou residentes dos subúrbios com toda estrutura que o segmento governamental tem em todos os aspectos. Reitero categoricamente a importância da reformulação do estado neste sentido em olhar para o problema com vista a democratizar de forma justa o espaço brasileiro, todo mundo tem o direito a ter uma rua decente, uma casa decente, acesso livre sem becos e vielas, que haja escadas, mas também rampas de acesso amplos para todos, estradas, circulação, organização, serviços necessários muitas vezes negados por empecilhos das aglomerações irregulares, geográficos e sociais.

Podemos dizer que até o momento as coordenadas de diretrizes de ocupação do solo acontecem de maneira alheia, clandestina. Quando se busca construir legalmente com aval dos órgãos competentes surge todo um plantel burocrático, com exigências de certidões, documentos, licenças, taxas que inviabilizam a procura por legalizar, especialmente pelo fato de o estado funcionar como um interruptor de sonhos e ideais, longe da realidade pobre de muitos habitantes das favelas ou áreas periféricas que ao invés de perder tempo com estes fatores burocráticos impostos, investem seu dinheiro na compra do lote na “quebrada”, no grotão, materiais e constroem suas casas a seu próprio estilo colocando em risco sua vida e a de outros costumeiramente.

“[Nas grandes cidades], a melhor qualidade convive ao lado da pior. É um fenômeno estrutural brasileiro presente em todo o território. A cidade, ao atrair população, superlotada o seu entorno e gera precariedade, por não se tratar de um crescimento planejado. Essa manifestação não é tão predominante nos municípios menores”, Avalia. (IBGE, 2017)

Uma solução para tal problemática seria apoiar com engenharia, órgãos ambientais toda a estrutura do estado auxiliando as pessoas desde o surgimento destas primeiras moradias e aquisição do terreno, observando os fatores geográficos, biológicos, ecológicos, topológicos, arquitetônico, econômicos e sociais em favor de fazer ambientes sustentáveis para a nação viver com seus familiares, longinquamente com riscos mínimos a vida, tendo assistência aos serviços básicos desde o princípio. Deste modo nos aproximaria de um estado democrático de fato com as pessoas tendo acesso aos direitos fundamentais e, conseqüentemente, uma vida sem tantos flagelos sociais como é atualmente corriqueiro aos que habitam estes lugares.

É notório que estamos diante de um dilema com cara, nome e características do Brasil é quase unânime quando chegamos a qualquer cidade do Brasil com grande coeficiente populacional ou não, construir de qualquer modo parece ser normal aos olhos do poder local, mas precisamente as autoridades municipais, identificamos este fator marcante da favelização e, conseqüentemente os problemas oriundos que acometem quem vive por lá. Por isso a reafirmação de um parâmetro único em construir e conduzir linearmente as habitações regularmente com um plano diretor nacional, o importante é sua implementação por parte das autoridades e sociedade civil organizada, para por fim as favelas, construções irregulares em nosso território diminuindo flagelos tão evidentes na atualidade dos moradores destas áreas.

Tudo começa com uma ou duas casebres de barraca de madeira, papelão, materiais recicláveis, lona, etc. Não é estranho ouvirmos no noticiário divulgar incêndios nestes lugares, provocando mortes,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

desespero, angústia, perdas... Uma característica marcante destas construções é serem feitas perto de grandes áreas ricas ou complexos indústrias, justamente por ser mais fácil conseguir sustento, trabalho. É bom dizer que ninguém vai viver nestas comunidades por vontade própria ou escolha, mas sim por necessidade e invisibilidade perante o estado que abnega, não enxerga tais habitações abruptas, deixando cada vez mais o problema germinar, enraizar, frutificar e se multiplicar. Quando poderia ser administrável, organizado não foi executado, mas sim ignorado.

Análise das condições das moradias e das áreas em que elas estão localizadas, ao longo do território nacional, mostra que o país está longe de ter cidades sustentáveis. A proliferação de ocupações irregulares e de domicílios com infraestrutura inadequada são questões que potencializam os problemas dos grandes centros urbanos. (IBGE, 2017)

Cabe aqui uma reflexão se o estado brasileiro se importasse com esta causa nobre, assim que surgisse o sinal de uma comunidade deste formato fosse logo reparado e organizado teríamos os grandes conglomerados subnormais? Como, por exemplo: (Heliópolis, Rocinha...) onde é comum assistimos nos programas policiais aparecendo sempre com manchetes violentas ou desordem social com “batidões, bailes” perturbando a ordem pública e quando a policial aparece não é bem-vinda causando conflitos desastrosos para ambos os lados.

Um aspecto salutar que devemos elencar aqui é o trabalho das (ONGs), das instituições voluntárias, das igrejas entre outras no trabalho junto a amenizar as dores, os sofrimentos das famílias que vivem nestas comunidades. O caminho para sucumbir de qualquer estado de segregação é a educação por intermédio da cultura, da dança, da música, do voluntariado, do lazer, do esporte, do protagonismo, da união, da ética, do respeito às diversidades, da formação para a vida em prol da comunidade e da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo de revisão bibliográfica, chegando à concepção de estarmos deixando uma grande contribuição para a habitação organizada sobre o solo brasileiro, estamos falando de um grave problema enfrentado na história do Brasil e na vida da população, desde o surgimento das primeiras vilas no solo nacional. Assim, a obra se aproxima de estudos posteriores que pensem o assunto e sua importância na construção das cidades sustentáveis. Tivemos as colaborações da Agência Brasil 2020 “[...] política habitacional das próximas gerações municipais, afirmam especialistas ouvidos pela Agência Brasil. (BRASIL, 2020) ”

Justifica debruçar-se sobre a temática em debate, por ser uma realidade latente no cotidiano do nosso povo. Deveria ser um compromisso social das autoridades e a sociedade buscar alternativas que visem garantir, de fato, mudanças na ocupação das grandes cidades, é preciso urbanizar as comunidades historicamente constituídas e zelar para que as futuras tenham surgimento correto, digno com o estado presente, afinal somos uma democracia e temos direitos constitucionais garantidos na lei, resta acontecer na prática.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

Como analisado nos registros estudados para executar este trabalho, percebemos que nunca aconteceu um projeto de desenvolvimento sustentável na construção das moradias, vilas, ruas, bairros e cidades do país. A vontade política era de manter a subordinação, o domínio do colonialismo, o sistema econômico tinha com base a exploração, a escravidão e tão somente a perpetuação desta ordem, assim não havia espaço para se planejar, ou se preocupar com problemas futuros que pudessem ser evitados em melhorar a qualidade de vidas dos habitantes da Terra. Como bem mostrar essa tendência Teixeira (1976, p. 294) “A sociedade brasileira [...] Passava da subordinação à hierarquia igreja à subordinação à hierarquia da coroa ou do estado [...]”

Refletir sobre uma ferida nunca cicatrizada, um abismo quando falamos de direitos sociais, moradias, hoje como o momento atual que vivemos uma catástrofe imposta pela situação da pandemia no mundo evidenciando mazelas e pobreza, revisita graves problemas da sociedade residentes em regiões pobres, muitas vezes despercebidos ou só lembrados quando há uma barbárie advindas destas comunidades, matéria de primeira mão nos noticiários. Os conglomerados subnormais foram e serão um grande problema do Brasil de ontem, hoje e amanhã se assim continuarmos fingindo não ver estas precárias situações que estão imersas as populações periféricas suburbanas. Krenak (2019, p. 9) “[...] viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos.” Com a modernização e urbanização aceleram estes fenômenos do crescimento desordenado.

Esta falta de padrão em construir, em orientar trazem consequências danosas a nossa sociedade e a vida das pessoas que são excluídas de direitos fundamentais começando pelo direito a uma moradia digna. Aponta Agência Brasil 2020 “[...] os aglomerados subnormais são formadas de ocupação irregular de terrenos públicos ou privados, caracterizados por um padrão urbanístico inadequado, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação.”

Orientar, conduzir as diretrizes de maneira correta é fundamental para melhorar substancialmente as condições de vida das pessoas e a democracia chegarem a esta parte do Brasil esquecido, invisível abandonado a própria sorte a deriva no mar de desprezo e falta de assistência em habitar e ter seus direitos e serviços públicos de cidadão assegurados, acompanhamento por parte do estado é mais que necessário numa dinâmica tão importante que é a ocupação do solo e sua organização no que tange a estruturação básica a viver sustentavelmente, do ponto de vista humano e ecológico como colabora Morin (2000, p.76) “* a consciência ecológica, Isto é a consciência de habitar [...]”

Vivemos como se estivéssemos em ilhas ou um país subdividido com duas formas de ser temos de um lado as construções de ponta, padrão que atende quem poder dispor desta mordomia, grandes condomínios, incorporações que atendem aos interesses principalmente por oferecer lazer, segurança, espaço, asfalto, água, esgoto, urbanismo, facilidade e estrutura, etc. No outro extremo temos as grandes massas populacionais que se aglomera na periferia da forma que dar, habitando desde o princípio inadequadamente por várias razões, este fator acarreta diversos transtornos à sociedade. Como sugere



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

o IBGE (2017) “[...] as cidades devem proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, em especial para as mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças.”

Sabemos ser público o fato, de termos conglomerados desordenados nos arredores das grandes cidades. Com isso surgem as graves consequências de ausência do poder público na vida dos habitantes destas comunidades sofridas pela ação de todas as tipologias de injustiças possíveis na favela, assim como a extensão fora dela falamos de um problema social. Corroborar o autor apontando vulnerabilidades vivenciadas por habitantes de subúrbios, Oliveira (2021, p. 3) “[...] moradias, educação, saúde, segurança, violência, saneamento básico, emprego, alimentação, lazer, cultura, etc. Sempre nos falta algo, somos um povo dividido por castas que briga para sobreviver cotidianamente.” A omissão do estado em estar perto das construções e ocupações do solo no país tem trazido danos imensuráveis para toda a sociedade.

Cabe ainda ressaltar que estamos longe de termos um país comprometido com as transformações cabíveis à mudança de comportamento destes ambientes, haja vista apontar os direitos sociais preestabelecidos na constituição que elencam boas partes dos elementos acima citados. Daí a importância de uma política que priorize a aproximação do governo por através de seus órgãos não apenas com a função de punir, multar, oprimir, demolir, mas sim orientar, organizar a ocupação do solo desde os primeiros sinais de ocupação desenvolvendo as comunidades adequadamente com estrutura, áreas certas para habitar, respeitando o meio ambiente, evitando futuras catástrofes na vida das pessoas que moram ali.

Não podemos esquecer que a ocupação irregular é o começo para tudo dar errado, pois tem invasões ilegais, grilagem, crimes ambientais e ao erário, lotes, construções em lugares impróprios, ruas estreitas, edificações sem engenharia certa colocando vidas em risco, vielas, becos que impedem a circulação e acessibilidade de todos, desmoronamento de terras, deslizamento, enchentes, mortes, tráfico, conflito de interesses que deixam o povo no meio desta guerra que só perde o mais frágil. Os dados do IBGE (2017) nos ajudam compreender. “[...] ocupações irregulares e de domicílios com infraestrutura inadequada são questões que potencializam os problemas dos grandes centros urbanos.”

Portanto, podemos entender que estamos tratando de um assunto de grande impacto social, político, geográfico, antropológico, histórico, humano por isto a necessidade de um olhar especial, uma bandeira não de partidos, mas sim olhando com humanidade para as pessoas que vivem vitimadas cotidianamente nestas ilhas desestruturadas, indenizar alguém por sido escravo, pobre, vulnerável, desfavorecidos seria enxergar as pessoas. Acolher, cuidar, tratar com igualdade como prever a constituição de 1988, de fato, não sendo apenas artigo que preenche folhas de leis que, na prática, não surtem efeito na vida cotidiana da população mais carente.

Finalmente, chegaremos ao fim desta obra com a certeza de colaborar modestamente com a construção, ocupação. Organização do solo no Brasil, mostrando que isto é um problema que persiste desde o início da nossa história até os tempos modernos, digitais tecnológicos que vivemos. Como aponta os dados do IBGE (2017) “[...] estamos longe de ter cidades sustentáveis”. “Mobilidade,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

acessibilidade, destino do lixo, adequabilidade dos domicílios, democratização do acesso da população à gestão do espaço público [...].”

Desta forma, compreendemos ser necessário aprofundamento de outras obras posteriores do assunto, sendo urgente a criação de políticas públicas que possam aproximar o estado brasileiro das pessoas mais vulneráveis, quando falamos deste tema, estamos pedindo socorro para termos nossos direitos básicos respeitados, é uma violência brutal largar as pessoas de qualquer maneira nos rincões deste país. Ressaltamos que vivemos em república democrática e deveríamos ter melhores condições viáveis, com menos regalias, menos corrupção e mais serviços públicos dignos para todos e não apenas para poucos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência. **Urbanização de áreas precárias é fundamental nas Gestões Municipais:** especialistas apontam soluções para melhorar ocupação de áreas urbanas. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-11/urbanizacao-de-areas-precarias-e-fundamental-nas-gestoes-municipais>. Acesso em: jun. 2021.

FIRME DE OLIVEIRA, C. A. Marte ou à terra, ame-a ou deixe-a? S.O.S Amazônia a vida por um fio!. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 4, e24266. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i4.266>.

IBGE. **População Rural e Urbana**. Brasília: IBGE Educa, 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil 2015**. Brasília: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. NOTÍCIAS. **Segurança da Mulher é Termômetro da Cidade Sustentável**. Brasília: IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/14825-seguranca-da-mulher-e-termometro-da-cidade-sustentavel>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. NOTÍCIAS. **IBGE descreve processo de Urbanização Brasileira**. Brasília: IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/14868-ibge-descreve-processo-de-urbanizacao-brasileira>. Acesso em: jun. 2021.

IBGE. NOTÍCIAS. **Brasil ainda não tem cidades sustentáveis**. Brasília: IBGE Notícias, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/10508-brasil-ainda-nao-tem-cidades-sustentaveis>. Acesso em: jun. 2021.

KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015. Disponível em: <https://culturapolitica2018.files.wordpress.com/2019/09/ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf>. Acesso em: maio 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes Necessários a Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Elonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília –DF UNESCO, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BEM-ESTAR SOCIAL DA POPULAÇÃO VERSUS
ORGANIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO
Carlos Alexandre Firme de Oliveira

SENADO FEDERAL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jun. 2021.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional Brasília, 1976.